

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São
Paulo – Pós-graduação em Formação de Professores com
ênfase em Magistério Superior**

**Educação de Jovens e Adultos:
Uma abordagem sobre a formação docente e as técnicas de
aprendizagem empregadas para adultos**

CINTYA DE ABREU

**SÃO PAULO
2014**

CINTYA DE ABREU

**Educação de Jovens e Adultos:
Uma abordagem sobre a formação docente e as técnicas de
aprendizagem empregadas para adultos**

**ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM
ÊNFASE EM MAGISTÉRIO SUPERIOR**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto Federal de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista sob a orientação do Prof. Me Luiz Henrique Siloto.

**SÃO PAULO
2014**

A145e Abreu, Cintya de.

Educação de jovens e adultos: uma abordagem sobre a formação docente e as técnicas de aprendizagem empregadas para adultos / Cintya de Abreu: São Paulo: [s.n.], 2014.
56 f.

Orientador: Prof. Me. Luiz Henrique Siloto.

Monografia (Especialização Lato Sensu em Formação de Professores com Ênfase no Magistério Superior) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2014.

1. EJA
 2. Formação de professores
- I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 - II. Título

CDU 370.0

Autorizo, para fins acadêmicos ou científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia, por processos fotocopiadores ou eletrônicos, desde que citada a fonte.

São Paulo, ____ de _____ de 2014

Aprovado em: São Paulo, ____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos deste trabalho serão direcionados primeiramente aos meus grandes professores da Especialização, em especial a meu orientador Luiz, que me orientou com tanto desprendimento e dedicação, e aos demais por me mostraram novos caminhos e novas perspectivas durante suas aulas no Instituto Federal.

Todo o material oferecido em suas aulas, e a dedicação de cada um deles é o que fez de nós professores mais sensíveis às questões educacionais e mais atentos às soluções que devemos buscar para melhorar a educação do nosso país.

Quero agradecer também aos meus alunos do EJA Beit Yaacov pelo aprendizado diário que me fizeram conquistar em nossos dias de convivência. Sem eles, eu não seria a Educadora que sou hoje.

Minha primeira experiência como Professora foi com eles, que me mostraram na prática, artimanhas imprescindíveis na área Educação para adultos. Eles contribuíram para a minha formação, abriram minha visão, reforçaram o amor que tenho por essa profissão, e me deram a certeza de ter feito a escolha certa através do exercício diário de valores que praticamos juntos.

Agradeço os meus colegas de sala, que estiveram o tempo todo complementando a minha formação com suas experiências. Sou grata a eles pela força, incentivo, risadas e bons momentos em grupo, pois essas foram as razões pelas quais permaneci firme, aula após aula.

A meu namorado, Roberto. Pela paciência, pela ajuda constante e por acreditar em mim, fazendo com que assim, eu também acreditasse e tivesse força para continuar. Agradeço por todas as vezes em que me pediu para seguir, e que elogiou meu desempenho, além de ter contribuído com sua experiência profissional, fundamental em alguns momentos.

A meus pais, que mesmo sem entender a real importância deste curso na minha vida, de certa forma, me ajudaram dando suporte para que eu pudesse estudar tranquila e seguir o curso até o final.

A meus irmãos, Lilyan e Vinicyus por todas as vezes em que vi seus olhos brilhando de orgulho diante de cada nova conquista minha.

Dedico este trabalho a todos que estiveram por algum momento ao meu lado, torcendo, orientando, ajudando, incentivando e acreditando que eu seria capaz de me tornar uma Especialista na área da Educação.

A todos, e a Deus principalmente, o meu muito obrigada.

Cintya de Abreu

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar aspectos cognitivos relacionados à alfabetização de adultos, assim como as metodologias aplicadas no processo de aquisição da leitura e da escrita aos adultos. Este tema torna-se relevante como fonte de estudo, pois além de ser um trabalho acadêmico, tem por base um trabalho social, pois é considerável o número de analfabetos em território brasileiro. Os problemas de pesquisa podem ser descritos como: a busca pelas especificidades do processo de alfabetização e a postura necessária de um educador para que o processo de ensino-aprendizagem seja realizado com sucesso. Tendo como principal fundamentação teórica a abordagem sobre alfabetização proposta pelo professor Paulo Freire, esta pesquisa teve como enfoque a análise de metodologias e de teorias relacionadas ao tema e suas aplicações. A partir da avaliação dessas propostas, a pesquisa de campo foi realizada para comprovar a eficiência ou não do processo de alfabetização baseado na metodologia de Paulo Freire. Após as etapas de estudo, investigação e pesquisa de campo, pode-se afirmar que o adulto em fase inicial de letramento possui certas especificidades quanto ao aprendizado, sendo necessária uma metodologia humanista, que o auxilie a se desenvolver como ser pensante, como sugere a proposta de Paulo Freire.

ABSTRACT

This work aims to study the cognitive aspects related to adult literacy, as well as the methodologies applied in the process of acquiring reading and writing in adulthood. This theme turns it relevant as a source of study, because it makes beyond an academic or social work, since we still have a large number of illiterates in Brazil. The research problems can be described as the search for the specifics of the literacy process and the attitude necessary for an educator for his process to be successful. As the main theoretical we have Paulo Freire, the study was to research methodology and analysis methodologies and theories related to the main theme, as well as an evaluation and field research was conducted to prove the efficiency of literacy based on the methodology of such author. After the stages of study, research and field research, we can affirm that the illiterate adult has certain specifics about learning, and it takes a humanistic approach, which may assist him to develop himself as a thinking being, so the methodology created by Paulo Freire.

Sumário

CAP 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1.1 Objetivo geral	8
1.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Perguntas de pesquisa	9
1.4 Justificativa.....	9
CAP. 2 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	12
CAP 3 - O EDUCADOR PAULO FREIRE.....	16
CAP. 4 – MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO.....	21
4.1 – O Ato de ler	21
4.2 - Estratégias cognitivas no processo de alfabetização da criança.....	25
4.3 - Estratégias cognitivas no processo de alfabetização de adultos.....	30
CAP. 5 – OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO PARA ADULTOS.....	35
CAP 6 – APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – UM ESTUDO DE CASO.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXOS.....	49

CAP 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um indivíduo analfabeto tem uma rotina diferente no seu cotidiano, da que os alfabetizados levam, isso se deve não apenas a fatores econômicos, mas sim, a situações de constrangimento que esses homens e mulheres são obrigados a passar. Pessoas que desde cedo aprendem a diferenciar os símbolos linguísticos, não conseguem compreender o que é viver na escuridão do mundo sem conhecer seus direitos enquanto cidadãos, sem conseguir realizar operações matemáticas simples, ou escrever o nome de seus filhos em um papel. Para os alfabetizados e letrados é difícil compreender como é a experiência do letramento, onde é possível escrever o seu nome no documento de identidade, ou conseguir ler o letreiro de um ônibus sem ajuda de terceiros.

A linguagem é um sistema de representações aceitas por um grupo social, que possibilita a comunicação entre os integrantes desse mesmo grupo, é, portanto, um sistema de troca de informações. A linguagem teve um papel fundamental na vida evolutiva do ser humano, pois ao contrário de outros animais o homem é capaz de se comunicar de forma complexa - a linguagem é produto da razão e só pode existir onde há racionalidade - e transmitir seus conhecimentos de geração a geração, possibilitando a permuta entre os homens de sua cultura e os conhecimentos adquiridos ao longo de sua evolução.

Esse trabalho baseou-se na observação de uma sala de aula de um colégio particular situado na região da Barra Funda, em São Paulo, onde os professores não têm formação específica para lecionar no EJA.

Analisamos alguns momentos do curso de Educação de Jovens e Adultos, em que foi fácil detectar a heterogeneidade da sala, tanto quanto à idade, como quanto à raça, à profissão, e outras tantas características, que tornam-se um desafio na hora de ensinar com excelência.

O professor precisa, acima de tudo, entender seus alunos, buscar saber em que realidade estão inseridos, para que consiga chegar à dificuldade particular de cada um, entendendo o ritmo de aprendizagem e de que forma atingir os interesses de seus alunos.

É com o desejo de que mais homens e mulheres sejam capazes de realizar esta “ação essencial”, e também, com o desejo de auxiliar na formação de

professores, realmente capazes de tornar essa ação realidade, que este projeto de conclusão de curso é escrito.

1.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo compreender os aspectos cognitivos envolvidos no processo de alfabetização de adultos, buscando um entendimento das teorias e de suas especificidades nesse processo, relacionando-o à prática do professor e a necessidade de uma formação específica para EJA.

1.2 Objetivos específicos:

- Contextualizar historicamente o processo de alfabetização de adultos, bem como o surgimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil;
- apresentar as principais teorias que fundamentam o processo de alfabetização;
- analisar as metodologias aplicadas para a alfabetização de adultos, em especial a metodologia proposta por Paulo Freire.
- repensar a importância formação de professores específica para EJA.

1.3 Perguntas de pesquisa

Considerando o estudo em questão:

1. Quais aspectos cognitivos estariam relacionados com o ensino da leitura e da escrita de jovens e adultos?
2. Como um profissional deverá proceder para melhor auxiliar seus alunos no processo de alfabetização já na fase adulta?

1.4 Justificativa

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em dezembro de 2013, cerca de 9,7% da população brasileira é considerada analfabeta, ou seja, 14,1 milhões de pessoas não têm habilidade motora e cognitiva de expressar através da escrita opiniões e desejos, nem de ser um cidadão independente.

A vida de um analfabeto é composta por inúmeras privações, como não compreender um endereço escrito em um papel ou não entender uma receita culinária. Além disso, tarefas simples do dia a dia, como tomar um ônibus, tornam-se tão complexas que chegam a ser vergonhosas. Sentimentos que nós, alfabetizados, não conhecemos, pois desde que tomamos consciência da nossa existência e de nossa posição na sociedade, somos estimulados nas séries iniciais da escola a identificar o alfabeto e interpretá-lo, de forma conseguir criar novas palavras, frases e textos. Essa sensação de incapacidade é inimaginável para muitos brasileiros, mas alguns têm este direito negado por diversas razões, a principal delas é a necessidade de ter que abandonar os estudos para trabalhar e ajudar a família.

Muitos dos profissionais que se dispõem a trabalhar com EJA, o fazem para complementar o currículo profissional ou por obrigatoriedade no decorrer do curso universitário, porém poucos o fazem por ser um ideal de vida. A partir da realidade educacional desses alunos, os educadores deparar-se-ão com os problemas corriqueiros com os alunos durante nesse processo, como a dificuldade em se expressar, ou a vergonha em arriscar, e entenderão o quanto é importante ter uma formação específica na área para que assim possam entender melhor esse tipo de público e consigam aprender maneiras eficazes de tornar essa aprendizagem significativa.

A experiência de proporcionar a uma pessoa o simples fato de assinar um documento de identidade fascinará os profissionais que se preocupam com o futuro do nosso país, ajudando, de certa maneira, a mudar a nossa realidade atual..

Cidadãos que conseguem construir pensamentos críticos, que aprendem a fazer análises sobre diversos assuntos saem do anonimato e passam a fazer parte da sociedade de forma ativa.

Para melhor compreender a condição dos alunos, como suas necessidades e particularidades, buscaremos estudar o processo de alfabetização de adultos e seus componentes, para que este trabalho, futuramente, possa auxiliar na formação adequada de professores e proporcione àqueles que já trabalham com a alfabetização de adultos, uma compreensão dos aspectos relacionados à essa questão social, e assim, quem sabe, minimizar a alta taxa de analfabetismo brasileiro.

CAP. 2 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL – CONTEXTO HISTÓRICO

A preocupação com a educação de jovens e adultos é recente e teve como marco o início do século XX. Em um processo lento e com interesses capitalistas, a educação de adultos era vista como uma forma de ter mais trabalhadores para as indústrias e fábricas que estavam surgindo. Durante muito tempo, as escolas noturnas eram a única forma de educar esse público que não sabia ler ou escrever, porém o ensino era precário e visava apenas à formação de jovens e adultos para o trabalho.

Em 1940, foram detectados altos índices de analfabetismo no Brasil, o que fez com que os governantes da época visassem à alfabetização como um meio de progresso e desenvolvimento para o país, sendo assim, em 1945 com o fim da era Vargas, iniciaram-se os movimentos democráticos do país e dois anos depois, em 1947, a primeira campanha de educação de adultos foi lançada.

Essa campanha consistia em um projeto de alfabetização em massa, cuja primeira etapa seria uma ação de três meses e a segunda seria composta por dois períodos de sete meses cada uma. Em seus primeiros anos, a campanha era dirigida pelo professor Lourenço Filho e os resultados foram significativos, porém o entusiasmo do projeto começou a diminuir, já que o analfabetismo era visto como um mal para o país sendo classificado como a causa dos problemas brasileiros. Com esta visão distorcida do problema, os analfabetos eram considerados e classificados como seres incapazes psicológica e socialmente além de serem considerados marginais que prejudicavam o desenvolvimento dos letrados brasileiros.

Segundo Soares (1996), em seu livro “A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais”, a primeira campanha destinada à alfabetização de adultos foi projetada por dois motivos: a pressão exercida pela Organização das Nações Unidas (ONU) no pós-guerra alertava os países para que se tomasse mais cuidado com a educação dos adultos. O segundo motivo foi o processo de redemocratização do Brasil ocasionado pelo fim do Estado Novo, o que gerou a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país. Partindo da ideia de que analfabetos não são considerados eleitores, havia um grande interesse em transformar os analfabetos em alfabetizados.

Por ocasião da Campanha de 1947, o Ministério da Educação começou a produzir, pela primeira vez, um material didático destinado ao ensino da leitura e da escrita para os adultos analfabetos brasileiros. Esse material foi distribuído em larga escala e tinha como método de ensino o silábico. Nesse método, as atividades partiam de características fonéticas, remetendo assim aos padrões silábicos de ensino. Por meio dele, as sílabas deveriam ser memorizadas, inicialmente em pequenas frases e com o passar do tempo em pequenos textos, cujos temas variavam entre técnicas simples de trabalho a preservação da saúde, porém nada que fizesse com que os estudantes discutissem e se tornassem pensadores críticos.

A alfabetização de adultos era vista como uma solução para todos os problemas da sociedade, pois o analfabeto era visto como causador da pobreza nacional. O profissional que se dedicava ao trabalho de alfabetizar adultos não era reconhecido como professor, mas como um voluntário que fazia uma boa ação. O ato de alfabetizar adultos era visto como uma ação simples, que não gerava grandes implicações, mas ainda durante a própria campanha, o preconceito quanto aos alunos e aos profissionais envolvidos nela começou a ser superado e então o analfabeto passou a ser visto como um ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver os seus próprios problemas.

A 1ª Campanha da Educação de Adultos acabou antes do final da década de 50, devido às precárias condições de funcionamento das aulas, baixa frequência e aproveitamento dos alunos, além da má remuneração e desqualificação dos professores, o material posto à disposição pelo Ministério da Educação produzia uma superficialidade do aprendizado, o que desagradou a muitos. As críticas ao projeto didático e aos professores envolvidos eram incessantes e acabou se estendendo para a questão administrativa e financeira dos organizadores.

No final da década de 50 e início da década de 60, surgiu uma intensa mobilização e novas teorias com relação ao trato com os analfabetos na fase adulta, essa mobilização tinha como representante maior o professor Paulo Freire que revolucionou o processo de alfabetização de adultos com um olhar humanista e que gerava o pensamento crítico nos alfabetizandos. Com essa nova visão de alfabetização, surgiu um novo pensamento, a alfabetização humanista. Segundo

Soares (1996, in: A história da educação de jovens e adultos no Brasil de Rosa Porcaro – p.03)

“O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária” (SOARES, 1996).

Em 1963, foi aprovado o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, uma grande iniciativa de estudantes, sindicalistas e diversos grupos políticos que teria como coordenador geral do projeto o professor Paulo Freire. Porém, em 1964, com o Golpe Militar o projeto foi interrompido e o professor exilado.

Com o exílio de Freire, em 1967, o Governo assumiu o controle do projeto de alfabetização de adultos e criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, que funcionava como uma organização autônoma em relação ao Ministério da Educação. O MOBRAL era destinado à população de 15 a 30 anos e tinha como objetivo a alfabetização funcional, seu conteúdo era apenas a aquisição de técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo.

Em 1969, uma campanha de alfabetização massiva foi lançada e Comissões Municipais foram criadas com a finalidade de organizar e supervisionar o conteúdo pedagógico.

Na década de 70, ocorreu uma grande expansão do MOBRAL para todo o território nacional, mas pequenos grupos, os quais tinham como mentor Paulo Freire, continuaram existindo, e experiências pedagógicas ainda foram realizadas nessa época.

Com a abertura política no início dos anos 80, as experiências educativas tenderiam a visar um pensamento crítico diante da sociedade e dos problemas que nela existiam. Foi nesse momento que os olhares da psicologia e as bases da linguística começaram a ser aplicadas ao processo de alfabetização de adultos. Com o estudo e a incorporação dessas duas novas ciências, o projeto de alfabetização ganhou os preceitos de que a leitura e a escrita iriam além da ideia de decifração de letras e se tornariam uma percepção de significados.

Em 1985, o MOBRAL foi extinto e em seu lugar surgiu a Fundação EDUCAR, que não se envolvia diretamente com os projetos educacionais. Terceirizando esse serviço, à fundação cabia o papel de apoiar financeiramente entidades civis e empresas selecionadas.

Segundo Cunha (1999), a década de 80 pode ser considerada como uma década da difusão de pesquisas e reflexões positivas quanto ao processo de alfabetização de adultos. Dentre os grandes pensadores, podemos considerar a argentina Emília Ferreiro, cuja teoria mostrou que os adultos analfabetos, assim como as crianças, tinham uma série de informações sobre a escrita que os tornariam capazes de criar hipóteses de leitura.

Em 1988, foi assinada a Constituição que afirmou como dever do Estado a Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito a todos.

Os anos 90 foram marcados pela consolidação e pelas reformulações pedagógicas. O desafio para o EJA naquele momento era o estabelecimento de políticas e de metodologias. A mobilização social e a ausência de ações do MEC criaram fóruns estaduais que tinham como finalidade socializar informações e trocar experiências entre os profissionais e alunos envolvidos nos projetos de alfabetização por todo o Brasil.

Em dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, cujos artigos 2º, 3º e 4º destinam leis referentes ao ensino fundamental e abrangem o ensino de jovens e adultos, o que garante, mais uma vitória para este projeto tão necessário para a nossa sociedade.

Desse modo, podemos observar que o ensino de jovens e adultos passou por grandes mudanças para ser reconhecido como uma ação necessária e obrigatória perante o Estado. Grandes nomes auxiliaram esse processo de construção de um projeto educativo, mas sem dúvida, se nos dias atuais temos uma metodologia funcional, isso se deve aos estudos do professor Paulo Freire que lutou por seus ideais educacionais.

Assim, torna-se importante conhecermos um pouco desse personagem tão importante no processo educacional do país.

CAP 3 - O EDUCADOR PAULO FREIRE

Paulo Freire nasceu na cidade de Recife em 19 de setembro de 1921 e desde muito cedo experimentou a fome, não a fome intensa como vemos em muitas famílias nordestinas, mas uma fome suficiente para prejudicar seus estudos. Certo caso era contado por Paulo Freire para exemplificar a sua experiência com a fome; durante uma manhã de domingo o menino Paulo brincava com os seus três irmãos mais velhos no quintal da casa, quando uma galinha pulou para o terreno que brincavam, nesse momento a dúvida pairou sob a cabeça das crianças: o que eles deveriam fazer? Devolver a galinha ou finalmente ter um almoço que os sustentasse. Sua mãe, Edeltrudes, era muito católica e poderia não aceitar, além de considerar que o ato um roubo, porém naquele domingo ela abriu mão de seus votos católicos e saciou a fome dos filhos. Essa história era contada por Paulo Freire para exemplificar como foi sua infância e a sua relação com a fome, embora Freire não tenha conhecido a fome extrema, entendia o que grande parte dos brasileiros passavam e passam até hoje, o que o tornou mais humanitário e solidário com aqueles que passam ou passaram pela mesma situação que ele.

O processo de alfabetização de Paulo Freire aconteceu no quintal de sua casa em Recife, suas primeiras palavras foram feitas no chão com o auxílio de um graveto e rodeado por árvores, como Paulo Freire relata em seu livro *O ato de ler*:

“Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós – à sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis à minha altura eu me experimentava em riscos menores que me preparavam para riscos e aventuras maiores.”
(Freire, 1982, p. 20)

Paulo Freire mostra com essa citação um pouco da sua vida enquanto criança e morador de Recife, e sua proximidade que com a natureza, mas além de mostrar suas brincadeiras como criança, nesse comentário, percebemos que o autor mostra que a leitura é capaz de levar os homens a aventuras e caminhos jamais pensados antes, que é através da leitura e da educação que os homens são capazes de reinventar realidades.

Sua educação religiosa foi diversificada, sua mãe Edeltrudes era católica enquanto seu pai Joaquim era espírita, o que permitiu a Paulo Freire uma educação diferente e dialógica, com liberdade, mas, sem cair na libertinagem.

Terminou o curso primário em uma cidade próxima a Recife, Jaboatão, e foi nesta cidade que, aos 13 anos, Paulo se despediu do tenente Joaquim, seu pai, morto devido a uma queda de cavalo durante um desfile comemorativo do dia 07 de setembro. Após a morte do patriarca da família, todos voltaram a morar em Recife e Paulo foi estudar no Colégio Oswaldo Cruz, onde ganhou uma bolsa de estudos e uma exigência do diretor, que o menino fosse estudioso. Paulo levou tão a sério essa exigência que com apenas 21 anos já era professor de Língua Portuguesa do mesmo colégio que o abrigara como bolsista anos antes.

Em 1944, casou-se com a primeira esposa, a professora Elza Maia Costa Oliveira, com quem teve cinco filhos – Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes – e uma linda história de companheirismo e amor.

Após a sua primeira experiência docente, tornou-se diretor do setor de Educação e Cultura do SESI, e foi nessa época que teve seu primeiro contato com operários e com a alfabetização de adultos.

Em 1959, defendeu a tese “Educação e Atualidade Brasileira” na Universidade do Recife, obtendo assim o título de Doutor em Filosofia e História da Educação.

Sua esposa Elza foi quem o convenceu a trabalhar com educação, e juntos deram os primeiros passos no trabalho de alfabetização de adultos, começando o que conhecemos hoje como método Paulo Freire. Uma metodologia diferente que priorizava a educação dialógica, que levava os educandos a perceberem, por meio do seu próprio universo vocabular, sua importância no mundo. Durante os anos 60, a educação, e mais especificamente o processo de alfabetização tornava-se uma atitude eminentemente política, causada pelo desenvolvimento industrial. Quanto mais alfabetizados existissem, maior o número de funcionários que as empresas teriam, sendo assim, maior seria a produção e por consequência o lucro dos proprietários.

Paulo Freire surgiu, durante o governo de Goulart, como o intelectual capaz de alfabetizar mais de 5 milhões de adultos, sendo assim convidado pelo ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, para expandir o método para todo o território nacional, que baseado nas experiências de alfabetização em Angicos, no

Rio Grande do Norte, o considerava um gênio do processo de alfabetização, porém suas inovações começaram a incomodar as forças mais conservadoras da sociedade brasileira na época. O seu processo de ensino visava à formação de homens críticos, pensantes e conscientes da sua posição dentro da sociedade, com a alfabetização de uma grande quantidade de homens que pensassem de fato, aumentaria o número de eleitores, o que poderia atrapalhar os projetos das forças conservadoras que estavam no poder.

Está claro, então, o desejo de Paulo Freire: democratizar e levar cultura a todos os brasileiros; também queria que o Brasil fosse um país mais justo que todos tivessem as mesmas condições financeiras e intelectuais. Sua luta contra a opressão, submissão e desrespeito em relação aos analfabetos custou a sua liberdade. Preso em 64, sua prisão durou cerca de 72 dias, quando ficou em celas desumanas; liberado em Recife, o educador recusou o exílio, pois não considerava a ideia de sair de seu país por querer lutar por justiça igualitária, mas ao saber através de familiares que seria preso novamente concordou em pedir auxílio à Embaixada Boliviana, viajando para La Paz, e depois para o Chile onde passou grande parte do seu exílio.

Paulo Freire ficou no Chile durante cerca de quatro anos, de 1965 a 1969, momento em que estava acompanhado de sua família e que escreveu muitas obras, dentre elas o livro *Pedagogia do Oprimido*. Foi ainda durante seu exílio no Chile que deu uma entrevista para a revista *Times* e recebeu o convite para trabalhar como professor da universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Como seu trabalho no Chile começava a incomodar, visto que todas as suas publicações baseavam-se em experiências práticas, o convite de ser professor nos Estados Unidos foi aceito e em 1969 seu trabalho com educação aconteceu em território americano.

Durante o período em que foi professor em Harvard, seu trabalho foi mais teórico e acadêmico, também, nesse período, seu livro *Pedagogia do Oprimido* foi publicado em inglês, e gerou grandes discussões contra a educação bancária em todo o mundo e a favor de uma nova concepção de educação. Durante o período de dez anos em que estava trabalhando no Conselho Mundial das Igrejas, Paulo Freire ficou conhecido mundialmente, por meio de suas viagens, como educador e filósofo. Na década de 70, trabalhou como assessor dos projetos de alfabetização em países da África, especialmente nas ex-colônias portuguesas:

Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau; sua experiência neste último país foi relatada em seu livro “Cartas a Guiné Bissau”. Sua volta ao Brasil só aconteceu em 16 de junho de 1980, quando se tornou professor da PUC/SP e da UNICAMP.

Paulo Freire ganhou vários prêmios internacionais de Universidades e Organizações, assim como o título de cidadão de cidades como São Paulo e Los Angeles, e de Doutor *Honoris Causa* de diversas universidades, dentre elas uma das mais antigas do mundo, a de Bologna, na Itália.

Em 1986, se despediu de sua parceira de vida, sua esposa Elza faleceu vítima de um enfarte, seu filho Lutgardes afirma no livro “Paulo Freire – Vida e Obra” o quanto foi doloroso para Paulo Freire não ter mais a companheira ao seu lado, que além de ser sua esposa era uma grande auxiliadora em todos os seus projetos educacionais: “Foi uma dor muito intensa: haviam sido quarenta e dois anos de casamento, cumplicidade, de apoio, de companheirismo, de profundo amor” (Freire, 2009, p. 339)

Com o seu segundo casamento, com Ana Araújo, Paulo retomou o gosto pela vida e pelo trabalho, assumindo em 1989 o cargo de Secretário de Educação do Município de São Paulo, durante a Administração de Luiza Erundina; ficou no cargo por apenas dois anos, afastando-se por problemas de saúde. Durante o período de 1991 a 1997, Paulo Freire conciliava seus projetos e convites acadêmicos nacionais e internacionais, mas a saúde estava fragilizada, ocasionada pela idade avançada. Seu último trabalho publicado foi *A pedagogia da Autonomia* em 1996.

Paulo Freire faleceu em 02 de maio de 1997, aos 75 anos. Sua caminhada na Terra foi brilhante, sempre preocupado com os menos favorecidos, realizava trabalhos visando à democracia brasileira. Sua demonstração de amor pelos homens fez com que deixasse para as gerações que seguem um método de ensino inovador, humanizador e que realmente colhe os frutos: alunos conscientes, pensantes e críticos.

Com uma vida dedicada à educação, Paulo Freire é um exemplo de profissional, educador e ser humano. Apesar de todos os problemas que teve na vida, nunca desistiu de lutar por justiça e pela igualdade. Até os dias atuais seu nome é lembrado como sinônimo de modernidade e humanização. Paulo Freire não desenvolveu apenas um método de ensino, mas deixou uma lição para todos

os futuros professores: ensinar não é apenas passar um conteúdo, mas é um gesto de amor e solidariedade.

É em busca de conhecer as especificidades do método humanista de Paulo Freire, que esta pesquisa seguirá, e também, após a compreensão e análise da metodologia, será feito um estudo de caso, buscando analisar na prática as especificidades e a funcionalidade dessa metodologia, que não se detém na mera alfabetização tradicional, baseada principalmente no uso da cartilha, que Freire rejeita categoricamente no aprendizado da leitura e da escrita. O educador defende e incentiva o posicionamento do adulto não alfabetizado no meio social e político em que ele vive, ou seja, no seu contexto real.

CAP. 4 – MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

4.1 – O Ato de Ler

O processo de alfabetização de adultos é complexo e, ao mesmo tempo, intrigante, pois, dentre as peculiaridades existentes nos processos de aprendizagem de jovens e adultos, estão o entusiasmo e os desafios das novas descobertas que motivam os alunos e os professores.

Em um primeiro momento, devemos entender que a alfabetização de adultos não deve ter como objetivo a memorização de palavras; esse processo deve ser entendido como a formação de um cidadão crítico, levando em consideração, em cada etapa do processo, a realidade social, econômica, ideológica, racial e cultural do aluno, pois é por meio do mundo em que estão inseridos que começaremos o trabalho de alfabetização e sua formação em busca da construção de um cidadão crítico. Desse modo, concordamos com Paulo Freire (1982, p. 28) quando cita a alfabetização de adultos “como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador”. Além disso, para o autor seria impossível engajar-se “num trabalho de memorização mecânica”.

Desse modo, não podemos considerar o processo da alfabetização de adultos como um simples processo de memorização de sílabas, para, assim, formar palavras, frases e textos que, muitas vezes, não tem relação com a vida dos alfabetizados, isso acaba não os auxiliando no processo de aprendizado, mas fazendo com que os alunos se tornem meros repetidores, seres que não pensam por si e que acabam não relacionando a vida que levam e o que estão a aprender. Em seu livro “A importância do ato de ler: em três artigos que se completam”, o professor Paulo Freire faz uma análise dessa postura pedagógica, afirmando que o aprendizado crítico e social gera um alfabetizado crítico e não um mero repetidor:

“Aprenderam a ler e a escrever ao mesmo tempo em que discutiram assuntos de interesse de nosso Povo. Não aprenderam a ler decorando ou memorizando ba – be – bi – bo – bu; ta – te – ti – to – tu, para depois simplesmente repetir” (Freire, 1982, p. 69)

O ensino tradicional de alfabetização é focado na memorização de expressões e palavras, não gerando discussões suficientes para que o aluno desenvolva o pensamento crítico. O aluno que é exposto ao método tradicional de ensino torna-se apenas uma “esponja” de novas teorias, palavras e conceitos, sem criticá-las e compreende-las cognitivamente.

“A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala” (Freire, 1982, p. 26)

O ato de “decorar” e “memorizar” o *ba – be – bi – bo – bu*, , não faz com que o aluno seja capaz de analisar e criticar o mundo a sua volta, de maneira a ter uma postura de não mais aceitar qualquer informação que lhe é passada, mas que julgue o que lhe é dito e escolha as melhores opções para si. Aprender a escrever ou a ler não é decorar palavras para depois repeti-las, e sim refletir de forma crítica, baseando-se nas palavras que estão inseridas em seu mundo, por meio de palavras com as quais se convive no seu dia – a – dia.

O processo de alfabetização não deve ser considerado uma ruptura com o mundo em que o aluno está inserido. A sua realidade, suas experiências e a sua comunidade devem ser trazidas para dentro do processo educacional. Devemos entender que o aluno adulto já possui uma vivência em sociedade, que antes de conhecer a leitura dos grafemas, já conhece e já tem a leitura do mundo e da sociedade, e esse fator deve ser explorado de todas as maneiras possíveis.

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. (Freire, 1982, p. 20)

O método de alfabetizar alunos de maneira crítica faz com que o olhar do educador seja diferenciado, enxergando o aluno como sujeito e autor de seu aprendizado e não como um ser sem conhecimento e submisso a informações e ordens. O educador deve entender que seu papel não é de preencher um suposto “vazio” com palavras sem contexto, mas sim servir de mediador dentro do

processo de aprendizado. *“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (Freire, 1996, p. 23)*

O educador ao se dispor a participar de um projeto humanitário, como deve ser encarado o processo de alfabetização de adultos, deve ter consciência que o analfabeto não possui a leitura de palavras, mas consegue ler o mundo a sua volta, por meio da sua forma particular de interagir com a sociedade. Assim, a maneira autoritária de ensino (professor detentor de todo conhecimento x aluno que absorve informações) não cabe dentro desse processo de aprendizado, pois o espaço deve estar completamente preenchido pela cumplicidade, compreensão e comprometimento profissional.

“Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra dotada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrario, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço do mundo e da palavra” (Freire, 1982, p. 42)

A leitura do mundo deve estar necessariamente ligada com as palavras que serão trabalhadas no processo de aprendizado da leitura. Criando conceitos, podemos definir a leitura do mundo como o conhecimento e a vivência dos alunos envolvidos no processo de aprendizado; a leitura das palavras é considerada a leitura dos grafemas e palavras convencionadas pelo homem. Em cada comunidade em que será aplicado o método de alfabetização, deve-se compreender que a leitura do mundo será diferenciada, porém a leitura das palavras permanecerá a mesma, pois apenas a leitura fonética das palavras deve ser a mesma, mas a maneira com que o mediador se coloca diante dos alunos será diferenciada em cada comunidade.

Um analfabeto, embora não tenha a habilidade de ler e escrever as palavras, consegue interpretar o mundo a sua volta, consegue entender a utilidade de uma folha de papel, por exemplo, consegue percebê-la e senti-la, apenas não consegue utilizá-la para a produção de um texto. O analfabeto percebe o mundo, compreende-o, mas não sabe como grafá-lo. Se entendermos

que “a leitura do mundo precede a leitura de palavras”, conseguimos perceber que o processo de alfabetização deve ser iniciado pela leitura de palavras que giram em torno do mundo do aluno, seja rural ou urbano e não baseado em um mundo que os alunos desconheçam. Entendemos então que o processo de ensino deve tratar o mundo real do aluno e entender que a leitura dos grafemas deve ser conectada com a leitura do mundo, mostrando aos alfabetizandos o seu mundo em palavras escritas.

Segundo Freire (1982) a leitura dos grafemas interliga-se com a leitura do mundo e gera a leitura da “palavramundo”, que deverá ser o objeto de estudo e de trabalho no processo de alfabetização, e não palavras pré-fabricadas e selecionadas fora do contexto dos alunos.

“A leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais significou uma ruptura com a ‘leitura’ do mundo. Com ela, a leitura da palavra foi a leitura da ‘palavramundo’”. (Freire, 1982, p.24)

Observamos, então, que o processo de alfabetização humanitário não deve possuir apenas o objetivo de ensinar um aluno a ler e a escrever, mas também deve ter como objetivo a formação de um cidadão crítico.

“É preciso, na verdade, que a alfabetização de adultos e a pós – alfabetização, a serviço da reconstrução nacional, contribuam para que o povo, tomando mais e mais a sua História nas mãos, se refaça na feitura da História. Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (Freire, 1982, p.53)

Concluimos, desse modo, que a alfabetização de adultos vai além de um simples processo de ensino, é um projeto humanizador e social, capaz de transformar a nossa sociedade.

Buscando entender de forma completa o desenvolvimento cognitivo do ser humano, esboçaremos a seguir o desenvolvimento dos processos cognitivos da criança dentro da etapa de desenvolvimento da leitura e da escrita.

4.2 - Estratégias cognitivas no processo de alfabetização da criança

O ser humano possui a capacidade de se desenvolver e aprender com as ações que acontecem a sua volta, em uma relação de troca, na qual o ser observa e copia as ações do outro, internalizando-as com o tempo e transformando-as em ações simples. O processo de desenvolvimento humano inicia-se cedo, ainda quando a criança possui apenas o contato com os pais e familiares, é justamente nesse momento que o processo de observação e imitação que as primeiras formas de desenvolvimento ocorrem.

A criança imita aquilo que o adulto faz quanto à manipulação de objetos e ferramentas, como: ao observar que o pai ou a mãe ao apertar um determinado botão no controle remoto do televisor este aparelho liga, a criança de poucos anos, consegue repetir a ação sem ninguém ter lhe dado alguma explicação de como fazer, assim ela se torna capaz de ligar o televisor, e ainda compreende que apertando os outros botões do controle remoto consegue alterar os canais e aumentar/diminuir o volume.

“Quando a criança imita a forma pela qual o adulto usa instrumentos e manipula objetos, ela está dominando o verdadeiro princípio envolvido numa atividade particular”. (Vygotsky, 1984, p. 24)

No momento em que grande parte das ações de observação e imitação acontece, a criança ainda não domina fluentemente a linguagem verbal, pronunciando, muitas vezes, apenas palavras soltas que são percebidas e entendidas por aqueles que as cercam através da associação e da adivinhação dos sons, fazendo com que elas, mesmo que de forma primária, se comuniquem. Quando as crianças passam a controlar a habilidade de se expressar através da linguagem verbal, pode-se afirmar que um dos estágios de seu desenvolvimento se completou, e então outro estágio se inicia, sendo esse o de desenvolvimento motor, em que a criança passa a ligar suas ações motoras com a fala, agora sendo capaz não somente de ligar o televisor, mas de informar qual programa deseja assistir.

A linguagem verbal é o maior meio de comunicação das crianças em idade pré-escolar por ainda não controlarem a escrita. É exclusivamente através da fala que elas controlam o ambiente que as cerca, expressam suas vontades, desejos

e pensamentos, embora essa fala ainda seja condicionada apenas a ações reais, do presente e do mundo da criança. É através dela que a criança demonstra para os pais o desagrado ao comer vegetais e o desejo de comer um doce, por exemplo. A fala funciona como um instrumento, assim como as mãos e os olhos, permitindo que a criança se comunique com o ambiente concreto a sua volta, e somente com esse ambiente, visto que ela ainda não diferencia fala de pensamento; sendo assim, seu diálogo se limita àquilo que ela vê e conhece, toca ou sente: *“A fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança”* (Vygotsky, 1984, p. 36)

O processo de desenvolvimento infantil pode ser visto por duas linhas de análise: de um lado encontramos a genética da criança, na qual não vamos nos aprofundar muito, onde os genes agiriam como fator de disposição para determinadas atividades, e de outro lado a linha do contato social da criança com a sociedade, que está mais de acordo com nossa linha de pensamento e mostra que quanto mais uma criança for exposta a atividades culturais, maior tenderá a ser o seu desenvolvimento intelectual. A perspectiva social mostra a necessidade da troca entre a criança com o outro e através dessa troca ela será capaz de desenvolver certas características e habilidades necessárias para o seu total desenvolvimento cognitivo.

A criança nesta etapa inicial de desenvolvimento ainda não possui estrutura lógica de pensamento, sua memória é baseada em sensações e sentimentos que determinados fatos produzem (ou seja, produzidos no meio social), o que não descarta do processo de aprendizado a utilização desta memória para aprender e reconhecer objetos. Para crianças pequenas de cerca de até sete anos, o ato de pensar está ligado ao ato de lembrar.

“O primeiro trata da definição de conceitos nas crianças, processo que está baseado nas suas lembranças. Se você pergunta a uma criança o que é um caracol, ela dirá que é pequeno, que se arrasta no chão, que sai da “casa”; se você lhe pergunta o que é uma avó, ela pode muito bem responder, “ela tem um colo macio”. Em ambos os casos, a criança expressa um resumo muito claro, das impressões deixadas nela pelo tema em questão, e que ela é capaz de lembrar. O conteúdo do ato de pensar na criança, quando da definição de tais conceitos, é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, como o é pelas suas lembranças concretas. Quanto a seu caráter, ele

é sincrético e reflete o fato de o pensar da criança ele pender, antes de mais nada, de sua memória” (Vygotsky, 1984, p. 23)

Quando pensamos em memória humana, podemos considerar a existência de dois modelos de memória. A memória mediada, que seria a memória condicionada pelos signos, e a não mediada, que se caracteriza pelas sensações. Essas memórias podem ser utilizadas no processo do desenvolvimento infantil, facilitando e auxiliando na compreensão do conhecimento desejado por meio do uso de imagens. Crianças em idade pré-escolar podem não possuir, ainda, uma estrutura lógica de pensamento, mas conseguem memorizar objetos, sendo assim, o uso de imagens e de desenhos seria uma ferramenta que auxiliaria o processo de desenvolvimento infantil. Com o desenvolvimento mental e social da criança, sua memória se altera e já na adolescência, torna-se de fato um ato de pensar: “Para as crianças, pensar significa lembrar, no entanto, para o adolescente, lembrar significa pensar” (Vygotsky, 1984, p. 23)

O desenvolvimento infantil deve ser visto como algo inato e que se inicia no nível social; esse primeiro contato com a sociedade se dá através dos pais, familiares e amigos próximos. Esse estágio de desenvolvimento é de extrema importância para preparar a criança para o contato com as outras crianças dentro da escola primária, onde ela aprende as regras sociais e de comportamento diante do outro. Somente após esta troca entre os indivíduos é que se inicia o processo de internalização de conceitos e ideologias em nível individual.

Vygotsky em seu livro “A formação da mente social” apresenta três possíveis teorias de desenvolvimento e aprendizado referente às crianças em idade pré-escolar. A primeira teoria está baseada na ideia de que o desenvolvimento acontece antes do aprendizado, ou seja, em um primeiro momento a criança se desenvolve socialmente para depois iniciar o processo de aprendizado dos conceitos teóricos. A segunda teoria já prevê os dois processos juntos, o aprendizado e o desenvolvimento acontecendo simultaneamente. Por fim, a terceira teoria mostra que esses fatores não coincidem e que são processos diferentes ocorrendo com a criança. O aprendizado faz com que a criança amadureça e se desenvolva em certas áreas intelectuais, sendo uma alavanca para o seu desenvolvimento, embora seja necessário que inicialmente esta criança já tenha desenvolvido certas habilidades cognitivas.

O aprendizado, assim como o desenvolvimento, não está ligado exclusivamente ao universo escolar e aos conteúdos ensinados dentro da escola, pois através do contato com a sociedade a criança também estará se desenvolvendo cognitivamente, seja em brincadeiras com colegas da mesma idade, seja assistindo a filmes ou em conversas com os pais e familiares. O aprendizado adquirido através de um sistema de regras, explicações didáticas e conceitos dentro do ambiente escolar é conhecido como aprendizado sistematizado; já o aprendizado adquirido através das experiências de vida, quando a criança aprende com a sociedade e o mundo, é nomeado de aprendizado não-sistematizado.

Ambas as formas de aprendizado são necessárias e fundamentais para o desenvolvimento da criança e devem ser organizadas adequadamente para que resultem em desenvolvimento cognitivo, que atinja vários processos mentais infantis, que não aconteceriam sem essas formas de aprendizado interligadas.

Como já vimos anteriormente, o desenvolvimento da criança se dá na sua relação com a sociedade, sendo assim não podemos afirmar que crianças de mesma idade cronológica apresentem a mesma idade mental e cognitiva, visto que cada criança possui suas experiências únicas com o meio.

Para localizarmos o real nível de desenvolvimento cognitivo de uma criança devemos olhar para algo que Vygotsky chama de zona de desenvolvimento proximal, que se consiste na distância entre o desenvolvimento real (aquilo que a criança é capaz de desenvolver sozinha, sem ajuda ou contato com o outro) e o desenvolvimento potencial (o que a criança pode desenvolver se colocada em contato com o outro), desta maneira é possível detectar o real desenvolvimento de uma criança e não basear o desempenho mental de um ser em sua idade.

Quando estudamos crianças e o seu desenvolvimento, devemos ter consciência que por mais que os pais desejem que elas se desenvolvam em todas as áreas do conhecimento, continuam sendo crianças e necessitam brincar e se desenvolver através destes brinquedos e brincadeiras infantis.

O brinquedo é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento infantil, pois é através dele que o processo de abstração mental e a imaginação surgem. As ações das crianças nas brincadeiras não estão livres de regras comportamentais, por exemplo, quando a criança brinca com a sua boneca, ela sabe que deve carregar a boneca, que a boneca precisa de comida na boca e que

deve ter cuidado para não deixá-la cair, a ação da criança está ligada ao significado, a boneca é o bebê e a criança, a mãe, e as regras de comportamento que a própria criança observou nos atos dos pais são colocadas em ações, sem que ela se dê conta do processo mental que está realizando.

Com o brinquedo e as brincadeiras, a criança passa a se desenvolver em uma esfera cognitiva, abstrata, imaginativa, fugindo das ideias concretas e das ações reais com as quais viveu até o momento.

“É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações” (Vygotsky, 1984, p. 50)

“No brinquedo, o pensamento está separado dos objetos e a ação surge das ideias e não das coisas” (Vygotsky, 1984, p. 51)

Com o passar dos anos, é natural que as primeiras formas de expressão visual, os desenhos, comecem a aparecer. Essas expressões só ocorrerão quando a criança já tiver a linguagem verbal completamente internalizada. As primeiras expressões visuais são, muitas vezes, consideradas meros rabiscos que não tem conexão com a realidade e que ocorrem em um momento de brincadeira e abstração da criança, mas esses rabiscos podem ser caracterizados mais que apenas linhas e pinturas sem real sentido. Ao desenhar, a criança não está preocupada com a representação que deverá fazer, muito menos com formas e traços perfeitos; a criança desenha aquilo que ela conhece e o que vive. A criança está interessada em realizar um símbolo e/ou uma representação daquela imagem que conhece e através dessas representações do real, podemos dizer que ela está em um estágio preliminar da linguagem escrita, em que já é possível descrever no papel aquilo que conhece. *“O desenvolvimento da linguagem escrita nas crianças se dá, (...), pelo deslocamento do desenho de coisas para o desenho de palavras” (Vygotsky, 1984, p. 63)*

O processo de aquisição da linguagem escrita deve ser considerado um processo natural de transição entre o desenho “rabisco” para o desenho “texto”. *“O segredo do ensino da linguagem escrita é preparar e organizar adequadamente essa transição natural” (Vygotsky, 1984, p. 23)*

O ensino, não só da escrita, mas também da leitura deve ser organizado em conteúdos que a criança necessita realmente saber, tornando-se uma necessidade para o seu dia-a-dia, e que através desta necessidade surja a vontade de aprender mais. O ensino não pode ser focado em palavras que não façam parte do mundo da criança, e sim, ensinar aos pequenos aprendizes as palavras que eles necessitem diariamente:

“A escrita é ensinada como uma habilidade motora e não como uma atividade cultural complexa. Portanto, ensinar a escrita nos anos pré – escolares impõe, necessariamente, uma segunda demanda: a escrita deve ser “relevante a vida” da mesma forma que requeremos uma aritmética ‘relevante’”. (Vygotsky, 1984, p. 65)

Os atos de ler e escrever devem ser vistos como um processo natural, ou seja, como resultado de ações de interação com o meio e os métodos adequados de estímulo. Ao ser estimulada, a criança adquire algum conhecimento e o processa dentro de si para buscar significados e assimilações.

O trabalho da leitura e da escrita em crianças deve ser algo suave, que levará um tempo maior para mostrar grandes resultados, porém os adultos não disponibilizam deste tempo, necessitam, diferentemente das crianças de sete anos, de um ensino voltado a formação crítica, sendo assim, a seguir estudaremos o processo cognitivo na alfabetização de adultos.

4.3 - Estratégias cognitivas no processo de alfabetização de adultos

Os grandes estudos sobre o processo cognitivo durante a etapa de alfabetização são focados em crianças com idade pré–escolar, de cinco a dez anos e na aplicabilidade de métodos para esse público-alvo, mas se pensarmos na realidade do nosso país, que vem crescendo muito nos últimos anos, e que em 2011 tornou–se o quarto país entre os emergentes, ficando atrás de grandes economias como a China e a Índia, é inaceitável que o Brasil apresente um número de cerca de 14.109.000 milhões de analfabetos (segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que representa quase 10% da

população nacional, e que poucos estudos sejam desenvolvidos e apoiados para diminuir esse número de forma eficaz. Quando pensamos no processo de alfabetização devemos nos ligar ao processo de desenvolvimento mental e intelectual, o que nos leva diretamente para a infância, pois é neste estágio evolutivo que localizamos o centro de desenvolvimento cultural da criança, ou seja, a fase de maior desenvolvimento mental e neurológica do ser, é o momento em que a criança pode ser considerada uma “esponja”, que absorve com maior facilidade novas informações, ideias e conceitos.

Assim, crianças que são estimuladas em diferentes áreas durante toda ou boa parte da infância, seja intelectual ou fisicamente, utilizam uma maior quantidade de cadeias neurológicas, o que possibilita que na fase adulta essas cadeias continuem a se desenvolver, proporcionando um desenvolvimento intelectual maior do que de outros que não vivenciaram os estímulos adequados.

Além de todo o constrangimento que é causado a um homem que em pleno século XXI têm negada a chance de se comunicar através da escrita, e os problemas de ordem financeira e psicológica que a falta de escrita pode trazer, o adulto que é alfabetizado tardiamente poderá não ter a mesma capacidade mental que um adulto alfabetizado e estimulado mentalmente na época certa.

Se muitos homens e mulheres não tem acesso à escola, dificilmente terão acesso a diferentes formas de cultura e ciência, o que reduzirá ainda mais sua cadeia de desenvolvimento neural, tornando o mundo do analfabeto menor do que necessariamente poderia ser.

É de extrema importância que os profissionais que trabalharão com esse projeto de alfabetização tenham consciência de todas as necessidades e da problemática envolvendo o público alvo, para que saibam claramente como trabalhar e o que exigir de seus alunos. Apesar dos vários “problemas” que os alunos vivem em seu cotidiano, os quais os professores tomam conhecimento e, claro, não passam despercebidos (por exemplo, gravidez na adolescência etc.) o processo não pode ser baseado na pena e no apelo sentimental, é necessário auxiliá-los a transformar o seu mundo através do conhecimento que vem pela escrita e pela leitura.

O aprendizado é visto como uma alavanca para o desenvolvimento psicológico e comportamental dos alunos, ou seja, o contato com o outro na escola e os conhecimentos adquiridos através do estudo os amadurecem para a

vida que o futuro lhes reserva; já as outros jovens que não tem este contato acabam por ser lançados no mundo, e é este mundo que vai ser a sua alavanca e a forma de amadurecimento, muitas vezes, precocemente.

“Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a viva – cidade da invenção e da reinvenção, características dos estados de procura” (Freire, 1979, p. 22)

O processo de alfabetização de adultos não deve seguir o exemplo do processo de alfabetização infantil, em que a memorização é utilizada como ferramenta de ensino, pois a memória dos iletrados na fase adulta é mais primitiva, causada por estímulos externos; por exemplo, ao ver que o céu ganhou um tom escuro de cinza, o iletrado sabe que vai chover, mas não consegue ler em um jornal a previsão meteorológica do tempo.

Para que um adulto iletrado se aproprie do código escrito de uma forma mais adequada, o educador deve utilizar palavras geradoras, que consistem em palavras extraídas do vocabulário dos próprios alunos logo na primeira etapa do processo de alfabetização. O educador parte de um processo de descobrimento das palavras que circulam no meio em que os alunos se relacionam. A partir dessa seleção de palavras, deve-se buscar as palavras geradoras, ou seja, da forma que são nomeadas no mundo de conhecimento do aluno e que podem ser consideradas as mais adequadas e a que surtirão mais efeito positivo no processo de alfabetização. Essas palavras carregam consigo a maior porcentagem de critérios sintáticos (riqueza e complexidade fonética, manipulação de signos e sílabas) e semânticos. Lembrando que essas palavras devem estar relacionadas ao mundo dos alunos, afirma Freire (1970,p.9):

“Uma pesquisa prévia investiga o universo das palavras faladas, no meio cultural do alfabetizando. Daí são extraídos os vocábulos de mais ricas possibilidades fonêmicas e de maior carga semântica – os que não só permitem rápido domínio do universo da palavra escrita, como, também, o mais eficaz engajamento de quem a pronuncia, com a força pragmática que instaura e transforma o mundo humano.” (Freire, 1970, p.9)

Essa ligação entre o aprendizado e o mundo do aluno é de extrema importância para a formação de um ser crítico e pensante. Para que a alfabetização não seja somente de caráter mecânico e memorizador, é preciso fazer com que esses adultos do EJA tenham consciência da importância do processo, para que assim possam abrir-se ao conhecimento e permitir-se alfabetizarem a si mesmos.

O ensino a partir das palavras geradoras nos remete à ideia de palavra-mundo, que seria a ideia de que num primeiro momento, mesmo antes de ser alfabetizado, o homem já é capaz de fazer a leitura do mundo que o cerca, ele tem a capacidade de ler e interpretar a utilidade de uma enxada e o posicionamento do sol no céu durante o dia, e somente depois começa a ler as palavras “céu” e “enxada”.

Essa relação entre a leitura do mundo e a leitura da palavra, jamais deve ser esquecida pelos educadores, mas sim explorada de forma rica para um aprendizado completo. A leitura das palavras deve ser vista, através das palavras geradoras, como uma mera releitura do mundo que o aluno já leu por toda a vida, transformando, assim, o processo de alfabetização que antes era complexo de ser ensinado e aprendido, em algo natural que o aluno sinta ao mesmo tempo prazer e alegria, além da necessidade de se desenvolver cada vez mais.

“Sempre repeti que é impossível conceber a alfabetização como leitura da palavra sem admitir que ela é necessariamente precedida de uma leitura do mundo. A aprendizagem da leitura e da escrita equivale a uma “releitura” do mundo.” (diálogo entre Paulo Freire e Marcio Campos, p. 1)

Os analfabetos brasileiros existentes não devem ser vistos como simples alunos que necessitam adquirir a leitura do código da escrita, mas como homens e mulheres que necessitam de uma formação como cidadãos, e é com esse princípio que as aulas devem ser preparadas, buscando sempre formar cidadãos críticos e pensantes que saibam a sua importância na sociedade e que sejam capazes de se posicionar da mesma maneira sobre política, receitas culinárias ou futebol. Os educandos devem ser posicionados como agentes de seu

desenvolvimento e não como simples “esponjas” de conteúdos e regras, como seres que possam comandar o seu processo de aprendizagem.

O educador que se compromete com esta causa, deve ter como filosofia a melhora da sociedade brasileira e ser o auxiliador de uma grande mudança, que há anos os governantes vem negando a uma grande parte da população do país.

Do ponto de vista da capacidade mental e cognitiva, notamos que alguns fatores são desfavoráveis ao aprendizado destes homens e mulheres, como a falta de incentivo ao desenvolvimento das diferentes cadeias neurológicas, o aprendizado como estímulo para esse desenvolvimento e o auxílio do brinquedo no completo desenvolvimento motor.

Porém esses fatores não devem ser vistos como empecilhos para que os projetos de alfabetização de adultos não sejam realizados, mas como mais decisivos quanto à compreensão do quão necessária essa alfabetização de fato é.

CAP. 5 – OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO PARA ADULTOS

Os métodos de alfabetização que visam o público adulto não existem em grande variedade, isso se deve ao baixo incentivo do governo quanto a financiamento de pesquisas e realização de projetos, assim como o pouco prestígio de projetos dessa natureza na sociedade. Porém, ao analisarmos as metodologias de alfabetização infantil encontramos abordagens inovadoras e modernas surgindo a cada ano, seja no ensino tradicional ou na abordagem bilíngue.

Até meados dos anos 60, deparávamo-nos com um método tradicional de ensino para o processo de alfabetização de adultos, de conteúdo pré-definido por diretoras e pedagogas, podendo ser considerado um ensino de caráter reducionista, em que o conteúdo mais básico era repassado, para que uma “suposta” alfabetização acontecesse, afirmamos “suposta”, pois muitos dos alunos não se tornavam alfabetizados completos, mas sabiam ler e escrever informações básicas, como seu nome e endereço. As grandes inovações na área metodológica do ensino de adultos só vieram acontecer com o surgimento da metodologia criada pelo professor Paulo Freire, em que o foco era o diálogo e o aprendizado de forma crítica.

O primeiro método educacional utilizado para o trabalho de alfabetização de adultos era o método tradicional, encontrado nas cartilhas silábicas, sendo a mais famosa a cartilha “Caminho Feliz”, em que o adulto era apenas uma “esponja” no processo de aprendizado. Os conteúdos eram organizados e pré-definidos fora do alcance do aluno, fora de sua realidade e este apenas servia de depósito de um conhecimento que o educador transportava. Nessa visão tradicionalista de ensino, o conhecimento era visto como uma “doação” que o educador fazia ao educando, mas o que não era analisado é que esta essa “doação” transformava o alfabetizado em um alienado de sua própria existência, durante as aulas não existia espaço para análises críticas ou debates sobre a sociedade, o conhecimento de leitura e escrita era “lançado” pelo educador e o educando apenas cumpria seu papel de “esponja” e absorvia o máximo possível de conteúdo.

As atividades organizadas nesta famosa cartilha são esquematizadas, quase sempre, da mesma maneira. Uma palavra é escolhida para cada letra do

alfabeto, como por exemplo, a palavra “bica” e “boa” para o estudo das sílabas compostas pela letra “B” e a palavra “gato” para as sílabas compostas pela letra “G”. Em um segundo momento, um pequeno texto é formulado com palavras que comecem com as letras e sílabas a serem trabalhadas nesta etapa, como por exemplo:

*“Olhe a bica, Bibi!
A bica é boa.
Bibi bebeu na bica.”*

*“Olhe o gato.
O gato é da vo vó.
Vovó levou água ao gato.
O gato bebeu a água” (Cartilha Caminho Feliz – Anexo 1-, 1975, p. 10 – Anexo 2 - e p.24 – Anexo 4)*

Outras palavras compostas pelas mesmas sílabas são apresentadas, assim como imagens que ilustrem o pequeno texto escrito. Após a verificação das sílabas e das palavras, o alfabetizando é exposto à divisão silábica, que é feita de forma totalmente tradicional, B – “Ba, Be, Bi, Bo, Bu”, em letra cursiva maiúscula e minúscula, os processos seguintes consistem de cópia das sílabas e palavras, assim como novas palavras seguidas de suas ilustrações e a junção de sílabas, como: “*Junte e escreva: Ga + to = / Ga + lo =*” (Cartilha Caminho Feliz, 1975, p. 25 – Anexo 5)

Com este método de ensino percebemos o engessamento do conhecimento, em que o aluno adulto não é exposto a situações que estimulem todo o seu potencial cognitivo que durante anos de analfabetismo e exclusão da sociedade não foi desenvolvido. O adulto em processo de alfabetização deve ter todas as suas capacidades cognitivas trabalhadas, sendo assim a alfabetização de adultos não pode ser encarada como um trabalho baseado em cartilhas ou em um conteúdo pré-determinado. O processo de alfabetização de adultos é, em primeiro lugar, um processo de humanização, de trabalho cognitivo, crítico e de formação de um homem/mulher pensante. O educador deve proporcionar situações que possibilitem ao seu educando desenvolver cognitivamente o pensamento crítico. Os aspectos cognitivos trabalhados na alfabetização de adultos devem ser além dos de cópia e leitura de palavras desconexas com a

realidade, mas que abranjam a diversidade de assuntos e temas da nossa sociedade.

Partindo do princípio de formação de um homem crítico, surge em meados da década de 60 o método de ensino de Paulo Freire, conforme vimos anteriormente, que revolucionou a forma de pensar a alfabetização de adultos.

A valorização da cultura do aluno é a chave para o processo de conscientização preconizado por Paulo Freire, ele propôs o que chamou de Temas Geradores, onde o educador e educando em sala de aula aprendem juntos, a diversidade pode contribuir para o dinamismo da aula, para o despertar do interesse, da atenção e do envolvimento, garantindo a todos a possibilidade de se expressar sobre aspectos da realidade, mantendo uma ligação com o universo conhecido deles, impulsionando-os para novas descobertas, pois aprendemos melhor aquilo que temos interesse em conhecer. Os Temas Geradores ajuda a organizar o trabalho de sala de aula porque possibilita uma aprendizagem significativa.

O trabalho com o tema gerador na EJA fase I, possibilita a interdisciplinaridade integrando as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, e Estudo da Sociedade e Natureza, desenvolvendo temas que estejam relacionados com o dia-a-dia dos educandos, partindo de sua realidade e valorizando a sua vivência, através de músicas, poemas, textos informativos e reflexivos, além de facilitar a assimilação dos conteúdos, favorece a integração do grupo.

CAP 6 – APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – UM ESTUDO DE CASO

Para uma completa compreensão do método de ensino de Paulo Freire e uma visualização do funcionamento das capacidades cognitivas dos adultos em processo de alfabetização, esta pesquisa dedicou cerca de 40 horas efetivas numa escola particular, situada na zona oeste da cidade de São Paulo, que utiliza como método direcionador alguns parâmetros do método Paulo Freire. As aulas iniciam-se às 18h30 e encerram-se suas atividades às 22h30, de segunda a sexta-feira. Os alunos são divididos em turmas do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio em salas separadas. Eles recebem aulas do núcleo comum, como Português, Matemática, História, Geografia, Biologia, Inglês, Educação Física, Química e Física.

Antes de ingressarem, os alunos precisam passar por uma entrevista com Assistente Social e preenchem um questionário socioeconômico. Caso tenham a renda familiar per capita muito abaixo do nível considerado básico, recebem bolsa-auxílio de vale-transporte e material escolar, custeados totalmente pela escola.

A grande maioria dos alunos preenchem os requisitos e recebem o auxílio oferecido pela escola. Para os alunos com muitas dificuldades, ou inseguros, há um curso preparatório, o Pré-eja. Quando o aluno se dirige à secretaria escolar para fazer a matrícula, a secretária questiona a série onde o candidato parou e explica que para uma melhor adaptação, é indicado o ingresso primeiramente no Pré-eja. O aluno tem a opção de escolher ingressar primeiro nele, ou seguir de onde parou. Alguns alunos ingressam nas séries onde pararam e por perceberem dificuldades durante as aulas, optam por pedir à coordenação que os coloquem antes no Pré-eja. Essa mudança pode ser feita sempre que o aluno desejar ou sentir que seu rendimento não está bom, a escola é bastante flexível no que diz respeito à adaptação dos alunos.

Nesse curso, eles participam de aulas somente de Português e Matemática e vão ao colégio apenas as terças e quintas-feiras. Esse curso foi elaborado para que os professores pudessem sondar os conhecimentos dos alunos, e para que eles pudessem retomar seus conhecimentos de forma gradual, adquirindo mais segurança nessa volta à sala de aula.

Esse processo dura cerca de um semestre, e caso seja necessário, o aluno permanece por mais um semestre, até que se sinta mais seguro para continuar.

Ao término de cada semestre no Pré-eja, os alunos realizam uma prova conhecida como “sondagem”, onde os conteúdos incluem interpretação de textos, contas matemáticas e produção de pequenas redações com temas propostos e temas livres.

Se o aluno demonstrar bom desempenho nas avaliações, ele ingressará na série adequada a seu histórico escolar no semestre seguinte.

Um dos estudos de caso para este trabalho foi realizado numa sala de aula de Fundamental I do Ensino de Jovens e Adultos, na disciplina de Português, cujo foco é o letramento. O público atendido era, em sua grande maioria, migrantes oriundos do nordeste brasileiro, donas de casa, operários, empregadas domésticas, alunos que demonstraram muita disposição para aprender.

A educadora responsável pela turma em questão é graduada em Letras (português-inglês), e informou que quando foram iniciadas as observações na escola, os alunos ainda não estavam em estágio avançado de alfabetização, eles estudavam mais as divisões silábicas, mas já estavam no processo de produção de pequenos textos. Esse processo de estudo dos fonemas e das palavras geradoras durou cerca de quatro meses, entre fevereiro e maio de 2014. Fui informada pela professora, que todas as palavras foram criadas por ela, baseadas no que imaginava serem as experiências de vida dos alunos.

Foi de extrema importância essa observação e aplicação em aula, pois trazer o conteúdo conceitual para a realidade do aluno, com objetos, comidas, músicas e costumes, é de fato, tornar a aprendizagem mais significativa e interessante para eles.

A etapa de reconhecimento da realidade dos alunos foi feita gradualmente, ao longo das aulas. A disposição de uma das salas era a conhecida das escolas tradicionais, em filas, e o professor a frente de todos. Como já disse Paulo Freire, seu método não é fechado e pode ser modificado conforme as necessidades encontradas pelo caminho, a disposição da turma em fileiras não diminuía a participação dos alunos, e todos os alfabetizandos mostravam-se interessados em participar quando solicitados pela educadora.

Em algumas outras salas, como a da disciplina de história por exemplo, observei que os alunos sentavam em roda, um de frente para o outro, de forma a facilitar os debates durante as aulas.

A questão do desenvolvimento crítico do aluno foi trabalhada, além das discussões, juntamente com o trabalho de produções textuais, como por exemplo, a redação produzida pelos alunos com o tema “Quem sou eu?”. Nessa formatação de trabalho, os alunos tiveram que produzir um texto e após a conclusão, foi aberta uma discussão, e aqueles que se sentiram à vontade puderam ler a sua produção.

A finalidade da produção “Quem sou eu?” era fazer com que os alunos pensassem qual é o papel do homem dentro da sua sociedade, partindo da ideia de quem é o aluno, quais são os deveres e os direitos do homem perante a sociedade e a justiça.

Observando alguns trechos desses textos, podemos exemplificar de forma mais clara o nível de escrita dos alunos em questão. Abaixo segue um fragmento do texto de uma das alunas da turma observada:

*“Estou estudando para melhorar, de vida Comquistar
todo os meus obigetivo.
Como meus curços e o meu maior sonho é fazer, a
minha facundade.” (Escrito por aluna do EJA ciclo I)*

Observamos que a aluna tende a representar foneticamente as palavras que conhece. Não podemos exigir, num primeiro momento, a total compreensão e aquisição normativa do universo vocabular, ou seja, a total e correta grafia das palavras. Nesse momento, o dicionário foi de grande auxílio para os aprendizes, como relatou a professora, uma vez que poderiam recorrer a ele com base na ideia que faziam das grafias das palavras. Desse modo, confirmariam seus acertos e adequariam seus desvios.

Quando um professor depara-se com uma produção como a apresentada acima, normalmente realiza um trabalho para que o aluno evite cometer os mesmo desvios e, principalmente, julga que devem ser encarados como uma tentativa de adequação, encorajando o aluno a prosseguir com outras tentativas de uma escrita mais coesa, e transformados em uma atividade didática para que o acerto aconteça naturalmente.

Durante as aulas seguintes, os alunos leram o poema “Operário em construção” de Vinicius de Moraes, o que não se mostrou uma leitura fácil, mas o direcionamento da educadora faz muita diferença no momento da compreensão.

A leitura do texto serviu para anteceder um posterior debate, no qual os alunos puderam refletir sobre seu papel na sociedade, analisar o quão importantes são suas atividades profissionais para o desenvolvimento da cidade de São Paulo e do Brasil.

Após essa leitura, eles deveriam responder à seguinte questão: “*Você acha que o trabalhador brasileiro tem consciência do seu papel na sociedade? Por quê?*”, dentre as respostas e explicações dadas pelos alunos, o *não* foi unânime. Os próprios alunos disseram que não sabiam seu papel na sociedade e por isso voltaram a estudar, para buscar um reconhecimento e entender seu real posicionamento perante a sociedade.

“Não. Porque o brasileiro prefere, se acomodar com o trabalho que fais.

Mais eu não sabia o meu papel, na sociedade poriso eu voutei a estudar para saber o meu papel na sociedade.” (Escrito por aluno do EJA ciclo I)

Utilizando-se de um tema de interesse dos alunos, que além de mostrar-se motivador, incita a reflexão, os alunos são levados ao contato com o texto, o que contribui para o aprimoramento da escrita e da comunicação. Além disso, foi possível notar, claramente, a diferença de níveis entre os alfabetizados de uma mesma sala, a comparação da produção de dois alunos mostra que mesmo utilizando um método humanizado, que procura atingir todos da mesma maneira, existem as peculiaridades de cada ser, que farão com que seu desempenho seja maior ou menor, quando comparado a outro.

“Os alfabetizados geralmente não estão todos no mesmo nível de aprendizagem. Devemos respeitar essas diferenças e trabalhar com elas, de forma a favorecer o grupo” (Ribeiro Alves, 2008, p. 25)

A última atividade desse grupo de estudantes que iremos analisar, também começa com uma leitura, passa para a compreensão textual e finaliza com uma

discussão crítica sobre a posição do cidadão e de seus direitos. A atividade tem como base a música de Zé Geraldo “Cidadão”.

Após a leitura os educandos deveriam responder às seguintes questões: “Qual é a profissão do trabalhador que conta a música?”, “Por que a criança de pé no chão, não poderia estudar?”, “Qual o lugar que o trabalhador pode entrar?” e “Quem é que não pode entrar na maioria das casas?”.

Com esta leitura mais simples e o auxílio da música, os alfabetizandos mostraram maior facilidade até mesmo com a última questão que não foi dita explicitamente durante o texto.

“Qual é a profissão do trabalhador que conta a música?

A profição e operário

Por que a criança de pé no chão, não poderia estudar?

Por a criança era pobre

Qual o lugar que o trabalhador pode entrar?

Na igreja

Quem é que não pode entrar na maioria das casas?

Quem não pode entrar nas casa é Cristo” – (Escrito por aluno do EJA ciclo I)

Durante este período de observação, ficou claro que a intenção dos professores e do corpo docente da escola era utilizar o método de diálogo crítico com os alunos, mas muitas vezes, por falta de preparo, etapas fundamentais eram puladas. Como por exemplo, a análise do contexto social dos alunos, a elaboração de palavras geradoras juntamente com os alfabetizandos, discussões em círculos, e a educadora tornava-se uma professora tradicional que visava à transposição de conteúdo. As aulas tinham apenas fragmentos do método Paulo Freire, e mesclavam com a educação bancária, tão comum dentro das escolas tradicionais.

Como já foi exemplificado nesta pesquisa, o método Paulo Freire pode ser alterado para se adequar a comunidade em que será aplicado, porém algumas etapas são fundamentais para a total formação do alfabetizado crítico. Mas, o que de mais importante foi observado nesse período foi o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos a cada acerto, a cada palavra escrita. Durante conversas informais que tivemos ao longo dos intervalos de aula, pude notar que eles têm consciência de que sua jornada no mundo como cidadãos ainda será um longo caminho a ser percorrido, mas o importante é que o primeiro passo já foi dado e

agora só depende de cada homem e mulher lutar por seu espaço e por seu direito de cidadão.

Abaixo um pequeno trecho de uma das atividades realizadas por um aluno do Ciclo I do Ensino Fundamental:

*“Eu já sofir mas año qero isso para mim pare de istudar
amsi volte vocociqir o me sonho eternira os meu estudo
para recopera o tempo perdido anõ qero cer macucado por
as pessoas poriso voute para a escola”. (Escrito por aluno
do EJA ciclo I)*

Fica evidente no trecho acima que esse aluno não busca a representação das palavras foneticamente, mas distancia a escrita da fala. Nesse caso, o trabalho deve ser conscientizador e para que o aluno não mantenha esse distanciamento escrita-fala e sinta-se mais seguro ao reproduzir sua escrita. O trabalho conscientizador permeia toda a teoria de Paulo Freire e faz-se necessário a todo momento, não apenas para apresentar e discutir o papel do trabalhador na sociedade, mas também para levar ao aluno refletir sobre si e compreender tudo o que está a sua volta.

Nas observações feitas durante a semana de aulas do EJA, percebeu-se que há um esforço dos professores e da coordenação em trazer os alunos para a escola e de adequá-los a realidade escolar. No entanto, todo o trabalho é feito de forma lenta e gradativa, respeitando o tempo dos alunos e suas limitações.

Durante as observações, notamos que o ponto alto do trabalho dos professores do EJA, foi despertar nos alunos o senso crítico para questões do cotidiano, como política, saúde, melhores condições trabalhistas e de moradia. Os textos trabalhados traziam mensagens que fazia com que os alunos pudessem refletir suas posturas e sua participação perante o mundo e a sociedade, isso fez com que eles entendessem de forma clara e efetiva a importância de voltarem a estudar para que pudessem ter voz ativa nos ambientes onde estão inseridos. O principal intuito do estudo e da escolarização, é de fato, tornar alunos sem instrução cidadãos instruídos e reflexivos. Os professores não possuem formação específica para EJA, porém sempre buscam materiais de apoio para preparar suas atividades e aulas. A coordenação realiza reuniões individuais com cada professor para orientá-los quanto à melhor didática a ser utilizada e para discutir o progresso dos alunos.

Uma formação específica com certeza seria de grande valia para o desempenho dos professores, que muitas vezes enfrentam conflitos corriqueiros como a infantilização das aulas e atividades, lembrando um ensino regular ministrado para crianças de séries iniciais.

Numa análise mais profunda, pudemos observar que devido à falta dessa formação específica para EJA, as aulas ministradas às vezes enveredam para caminhos que desagradam os alunos mais jovens, e desmotivam os alunos mais velhos, mas que ao notarem progressos em si mesmos, eles entendem a razão de passarem por atividades que hora os desagradam, mas que os fazem desenvolver-se como indivíduos críticos e pensantes na sociedade em que vivem.

Embora haja um esforço de alguns dos professores da escola analisada em conciliar vários métodos para tentar chegar a um ensino-aprendizagem efetivo e com resultados satisfatórios, temos outros professores que se preocupam apenas em cumprir os cinquenta minutos em sala de aula e aplicar seus conteúdos seguindo o modelo de educação bancária.

A falta de especialização em EJA faz com que os professores menos atentos às necessidades dos alunos, tornem o processo mais vagaroso e desinteressante, tanto para os colegas quanto para os alunos, pois enquanto há uma parcela trabalhando e buscando alternativas e métodos diferenciados para prender esses alunos e motivá-los a terminar seus estudos, há outra parcela fazendo esses educandos retrocederem.

Lecionar para EJA é uma grande troca, os professores aprendem a lecionar para adultos que já possuem alguns saberes internalizados, se aperfeiçoam em seus conteúdos e didáticas, ao passo que os alunos aprendem a resgatar dentro de si a coragem e a determinação de enfrentar novos desafios, refletindo sobre o seu papel na sociedade e a importância de adquirir novos saberes para se desenvolver como pessoa e cidadão crítico no local onde vive.

Sendo assim, fica evidente que o profissional que deseja trabalhar com EJA, precisa se especializar para que possa ter o entendimento da relação que deve estabelecer com seus alunos, e a postura profissional que precisa exercer para que seu trabalho obtenha resultados satisfatórios.

Ver um aluno de EJA conquistando pequenos progressos ao longo de sua jornada estudantil, é a motivação que todo profissional de educação deseja ter para continuar seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve, não só um objetivo acadêmico que seria o de compreender os aspectos cognitivos envolvidos no processo de alfabetização de adultos, mas também uma questão social, devido ao grande número de analfabetos ainda existentes no Brasil e ao baixo número de pesquisas atuais que visam a uma compreensão do processo de alfabetização e buscam modificar esta situação.

Dentro do objetivo principal de pesquisa era esperado estudar pontos como a apresentação das principais teorias e didáticas educacionais utilizadas para Educação de Jovens e Adultos, a contextualização histórica do processo de alfabetização de EJA e a análise das metodologias aplicadas para a alfabetização de jovens e adultos que retomaram seus estudos depois de um longo período sem frequentar a escola, em especial a metodologia proposta por Paulo Freire, principal metodologia utilizada no processo de alfabetização de adultos no Brasil.

Ao final de um ano de pesquisa e estudo é possível afirmar o que já se havia previsto no início da pesquisa, o ensino humanizador contribui para a aprendizagem dos alunos, já que eles se sentem acolhidos e confortáveis para sanar suas dúvidas.

O desenvolvimento cognitivo deve ser trabalhado, tomando como base o mundo de conhecimento dos alfabetizandos, buscando no mundo que vivem as ferramentas para a sua própria alfabetização. A alfabetização deve ter como foco o desenvolvimento de um cidadão crítico, que tenha a capacidade de pensar e tirar suas próprias conclusões dos problemas sociais e das decisões a serem tomadas na sua vida nos próximos anos.

Apesar de também ser apresentado nas aulas observadas o ensino tradicional, que se constitui pela postura do professor como detentor de todo conhecimento, o aluno como mero receptor de conhecimento, e processos como memorização de conteúdo, divisões silábicas de palavras fora de contexto, assim como conceitos vazios que não fazem nenhum sentido para a vivência dos alfabetizandos, ele não surtirá grande efeito nesse público, o que será possível alcançar com tal postura é uma “semi – alfabetização” é a formação de um cidadão que sabe os conceitos básicos, mas que permanece na posição de

submissão sob aqueles que seriam os supostos detentores do conhecimento e do poder da sociedade.

Sendo assim, observamos que os aspectos cognitivos envolvidos no processo de alfabetização podem ser listados como discussões direcionadas e trabalho de conteúdos relacionados com o mundo de conhecimento dos alunos, buscando assim, a compreensão neurológica e intelectual do processo de leitura e escrita através de uma didática de contato com o outro, de comunhão e de troca de informações.

Outro ponto de grande importância nesse processo é a postura do educador, visto que o seu papel vai muito além de ensinar seus alunos a escrever os morfemas, mas a transformar a vida de cada um daqueles que estarão à sua frente. Em um educador que trabalhará com a alfabetização de adultos, certos adjetivos como impaciência e intolerância não cabem, pois o principal conceito a ser compreendido é que esse processo é uma troca de informações, de conhecimento e experiências. A paciência e o senso de humanidade devem ser tomados pelo educador para que de fato faça a diferença dentro da sociedade brasileira, modificando permanentemente a vida desses sujeitos.

O processo de alfabetização de jovens e adultos é encantador, pois cada palavra escrita é uma vitória para estes homens e mulheres que passaram grande parte da vida à margem da sociedade, muitas vezes escondendo o fato de não dominarem a leitura e a escrita. Esse processo é único e completamente diferenciado do processo infantil, pois as crianças em idade pré-escolar estão desvendando o mundo ao mesmo tempo em que aprendem a ler e a escrever, pois não tem consciência do quão importante essas habilidades são, porém quando se chega à fase adulta, muitos com família constituída, filhos, netos, e não tem a habilidade de ler o nome do filho escrito na certidão de nascimento, a sensação é completamente diferente.

Quando eles se tornam capazes de escrever seus nomes nos documentos de identidade, o momento é celebrado como se fosse uma data especial, pois é como se nascessem outra vez, ganhando uma vida nova, forças novas, que os fazem lutar por uma vida melhor e mais justa.

Bibliografia

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1989

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. 32ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, Maria Aparecida Pacheco de. Cartilha Caminho Feliz. 2ª ed. São Paulo: IBEP, 1975

FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. 25ª ed. Porto Alegre: Editora Emma, 1963

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51ª ed. São Paulo, Cortez, 1982

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980

_____. Educação como prática de liberdade. 47ª ed. RJ: Paz e Terra, 1983.

_____; CAMPOS, Marcio. Diálogos entre a leitura da palavra ... Leitura do mundo.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. RJ: Paz e Terra, 1987.

PORCARO, Rosa Cristina. In. A história da educação de jovens e adultos no Brasil

RIBERIO ALVES, Maria do Rosário do Nascimento. Educação de jovens e adultos. 1ª ed. São Paulo, Parábola, 2008

SOUZA, Ana Inês (org.). Paulo Freire: vida e obra. 7ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

VYGOTSKY L.S. A formação social da mente, 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1991

<http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%203%20-%20Tema%201.pdf>

Acessado em: 27.03.2014 às 13h 48m.

<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/09/taxa-de-analfabetismo-cai-18-em-cinco-anos-no-brasil-mostra-pnad.html>

Acessado em: 27.03.2014 às 14h 15m.

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/06/03/expansao-do-pib-coloca-brasil-em-quarto-lugar-entre-brics>

Acessado em: 03.09.2013 às 23h 19m.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129413/decreto-lei-477-67>

Acessado em: 13.11.2013 às 02h 05m.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/115157/decreto-68908-71>

Acessado em: 13.11.2013 às 02h 30m.

<http://www.brasil.gov.br/para/empreendedor/populacao/numeros-gerais>

Acessado em: 03.09.2013 às 23h 32m.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/index.html>

Acessado em: 13.11.2013 às 02h 14m.

Anexos

Em dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, cujos artigos 2º, 3º e 4º destinam leis referentes ao ensino fundamental e abrangem o ensino de jovens e adultos, o que garante, mais uma vitória para este projeto tão necessário para a nossa sociedade. Sobre isso, rege a LDB:.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - universalização do ensino médio gratuito; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

IV - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

VI - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VIII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

IX - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

X - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

XI – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. [\(Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008\).](#)